

Ano 12, Vol XXIII, Número 1, jan-jun, 2019, Pág. 62-79.

## O MÉTODO INTROSPECCIONISTA E A INVESTIGAÇÃO DA CONSCIÊNCIA FENOMENAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

José Hugo Gonçalves Magalhães,  
Alexsandro Medeiros do Nascimento  
&  
Antonio Roazzi

**Resumo:** A consciência fenomenal é amplamente caracterizada na literatura filosófica e científica como a parcela fenomenológica da consciência, isto é, como a dimensão da experiência consciente relacionada à qualidade intrinsecamente subjetiva que acompanha o processamento de informações no sistema nervoso. A pesquisa empírica desta faceta da consciência através da introspecção se apresenta como um desafio científico devido à natureza privativa dos conteúdos dos estados mentais. Neste sentido, o presente trabalho parte de uma abordagem ensaística para discutir a problemática do uso da introspecção como metodologia de produção dos chamados dados de primeira pessoa (dados acerca de estados internos) na pesquisa da consciência fenomenal. Após apresentar um panorama histórico e conceitual do método introspeccionista, é delineado um contraste entre críticas à introspecção e perspectivas teóricas da filosofia da mente acerca da natureza ontológica da consciência fenomenal, visando com isso, o esboço de uma plataforma empírica e teórica suficientemente capaz de assegurar à introspecção uma especificidade ontológica, quando compreendida como uma metodologia propiciadora do autorrelato mediante a criação de condições de publicização de conteúdos intrinsecamente subjetivos da experiência consciente. Defende-se que de uma perspectiva pragmática a exploração de conteúdos qualitativos da consciência é possível através de sua transposição em semânticas de primeira pessoa, através do uso de uma linguagem pública, compartilhada por uma comunidade linguística.

**Palavras-chave:** Autorrelato; Consciência; Estados mentais; Filosofia da mente; Introspecção.

## THE INTROSPECTIVE METHOD AND THE INVESTIGATION OF PHENOMENAL CONSCIOUSNESS: SOME CONSIDERATIONS

**Abstract:** Phenomenal consciousness is widely characterized in the philosophical and scientific literature as the phenomenological portion of consciousness, that is, as the dimension of conscious experience related to the intrinsically subjective quality that accompanies the information processing in the nervous system. The empirical research of this facet of consciousness through introspection presents itself as a scientific challenge because of the private nature of the contents of mental states. In this sense, the present work starts from an essayist approach to discuss the problem of the use of introspection as a methodology for producing the so-called first-person data (data about internal states) in phenomenal consciousness research. After presenting a historical and conceptual background of the introspectionist method, a contrast is drawn between the criticisms of introspection and theoretical perspectives of the philosophy of mind on the ontological nature of the phenomenal consciousness, thereby aiming at the outline of an empirical and theoretical platform sufficiently capable of ensuring to the introspection an ontological specificity, when understood as a propitiating methodology of self-report through the creation of systematic conditions of self-inspection and consequent publicity of intrinsically subjective contents of conscious experience. It is argued that from a pragmatic perspective, the exploration of qualitative contents of consciousness is possible through its transposition into a first-person semantics, through the use of a public language shared by a linguistic community.

**Keywords:** Consciousness; Introspection; Philosophy of mind; Mental States; Self-Report.

## Introdução

A experiência consciente se caracteriza por ser o aspecto mais familiar de nossa vida mental, constituída enquanto uma vivência sucessiva de eventos subjetivos envolvendo o conhecimento acerca de nós mesmos e do mundo ao redor. Todavia, é intrigante o fato de que a despeito da intimidade com a qual conhecemos nossos estados conscientes, ainda continuemos a conhecer melhor o que está ao nosso redor do que a experiência que torna esse conhecimento possível (Chalmers, 2010). Os estados conscientes demarcam-se de um lado, pela funcionalidade que caracteriza a relação da consciência com os processos cognitivos e comportamentais, e por outro, pelo teor qualitativo da experiência subjetiva em sua própria essência qualitativa ou fenomenológica. O primeiro aspecto representa a funcionalidade desses estados, isto é, suas qualidades causais ou o que a consciência faz; enquanto o segundo caracteriza a fenomenologia dos estados mentais, isto é, suas qualidades subjetivas ou o que a consciência sente (Block, 1995).

Esse primeiro aspecto constitui-se de propriedades psicológicas, que são as propriedades funcionais da experiência consciente, consubstanciadas junto a processos responsáveis pela estruturação e funcionalidade da cognição em sua relação com a causação do comportamento. E o segundo aspecto, é composto por propriedades fenomenais, o gradiente qualitativo da experiência consciente, também chamado de consciência fenomenal, por constituir-se de qualidades intrínsecas dos conteúdos subjetivos da experiência consciente ou qualia (Dennet, 1991) tais como a vividez de representações mentais (e.g. a lembrança de um cheiro), a qualidade da percepção de matizes de cores (e.g. a “vermelhidão” do vermelho), os conteúdos das sensações (e.g. o sentir do toque realizado por outra pessoa) e emoções, entre outros.

Em geral, a consciência fenomenal tem sido conceituada como a vivência de um estado subjetivo da consciência que é como tal, constituído pela qualidade inerente aos seus conteúdos em um dado momento (Nagel, 1974; Teixeira, 2010). A pesquisa desses elementos por meio da adoção a metodologias de base introspeccionista envolve uma problemática teórico-metodológica, relativa à confiabilidade dos autorrelatos, meio a partir do qual tais qualidades intrínsecas do estado consciente podem ser comunicadas. No atual contexto de pesquisa científica da consciência, esta problemática tem chamado atenção para a discussão da importância do papel ocupado por procedimentos

introspeccionistas na produção de dados fenomenais, ou dados de primeira pessoa, isto é, informações que comunicam ontologias relacionadas a estados subjetivos da consciência (Velmans, 2008).

Este tipo de dado é imprescindível para uma explanação satisfatória acerca do que significa exatamente o conteúdo, estrutura e funcionalidade da experiência consciente, e sendo assim, o retorno à introspecção tem cada vez mais se configurado como uma necessidade crucial para o avanço das pesquisas da consciência, sobretudo, por possibilitar a exploração e extrapolação de dados relacionados ao caráter qualitativo/privativo inerente à organização de nossos estados internos (Velmans, 2008). Considerando este quadro, o presente trabalho assenta-se numa proposta ensaística (ver Figueiredo, 2012) para estruturar a defesa de um ponto de vista acerca da questão da especificidade do método introspeccionista na investigação da consciência fenomenal. Neste sentido, argumenta-se a favor do uso da introspecção na produção dos chamados dados de primeira pessoa (ver Velmans, 2000), destacando-se certos pressupostos empíricos e teóricos que ao nosso ver são capazes de assegurar especificidade ontológica ao método introspectivo, no sentido de que este é capaz de realizar uma transposição dos conteúdos privativos da consciência, configurando-se como uma proposta de exploração sistemática da ontologia qualitativa da consciência, naquilo que é inerente à sua manifestação enquanto fenômeno subjetivo.

Do que se segue, o texto organiza-se em duas partes. Na primeira, apresentamos a história, contemporaneidade e elementos do método introspeccionista no âmbito da pesquisa da experiência consciente em geral e da consciência fenomenal em particular. Na segunda, desenvolvemos a argumentação propriamente dita, apresentando em primeiro lugar um contraste entre críticas contemporâneas à introspecção e perspectivas teóricas da filosofia da mente que ressaltam a especificidade ontológica da malha de conteúdos que compõe a consciência fenomenal. Uma vez traçado o contraste, buscamos fundamentar a tese de que o estatuto da introspecção no estudo da consciência fenomenal relaciona-se à comunicação e exploração sistemática de conteúdos subjetivos a partir de semânticas de primeira pessoa, possibilitadas pelo uso de uma linguagem pública.

## **A introspecção e suas origens**

O estudo da experiência consciente humana por vias da introspecção data já da pré-história da ciência psicológica, com os estudos de psicofísica acerca do processamento de estímulos físicos pelos sistemas sensoriais humanos (Schultz e Schultz, 2014). Sua consolidação ocorreu no projeto de fundação da psicologia científica, que em geral, procurou investigar a estrutura e funcionalidade da experiência consciente, naquele momento, considerado o “santo graal” dos processos psicológicos (ver Mandler, 2007). Com isso, no primeiro momento da psicologia científica moderna o que se convencionou chamar de introspecção tratava-se de um método de auto-inspeção da emnte, utilizado como para a exploração sistemática da consciência e processos relacionados, tais como memória, volição, percepção, representações mentais, entre outros (Boring, 1956; Danziger, 1980; Hurlburt, 2011).

O introspeccionismo foi assim denominado devido ao grande foco internalista presente na abordagem primeira da psicologia científica de base wundtiana, que se valia da extensa empregabilidade de autorrelatos na geração dos dados. Sendo assim, via de regra, estudos de base introspeccionista pressupunham investigar dados da consciência por meio da produção de expressões objetivas das qualidades intrínsecas aos acontecimentos da vida mental (Danziger, 1980). Nas primeiras décadas do século 20, as pesquisas de enfoque introspeccionista começaram a perder o seu espaço dentro da moderna psicologia experimental, por conta da aceitação de paradigmas de pesquisa behavioristas, em cujas bases reinava a defesa de um positivismo exacerbado, que creditava ao comportamento, por sua natureza objetiva, o estatuto de objeto de pesquisa próprio à emergente ciência psicológica. Segundo o behaviorismo, o aspecto privativo dos estados conscientes impedia que a consciência pudesse ser investigada à luz dos cânones confiáveis e rigorosos da boa ciência experimental (Schultz e Schultz, 2014), e nesse sentido, deveria ser creditado ao comportamento o estatuto de objeto de estudo de uma ciência psicológica de base verdadeiramente empírica.

Com a crescente aceitação das abordagens psicológicas de cunho funcionalista e especialmente do behaviorismo norte-americano, foi somente uma questão de tempo até que os laboratórios de estudos experimentais de base introspeccionista modificassem seus programas de pesquisa, o que configurou um hiato de quase meio século de pesquisa nos estudos da consciência, se considerarmos que o seu retorno só ocorreu por

volta dos anos de 1970 (Hurlburt, 2011). Em suma, o estudo do aspecto qualitativo da consciência, em termos do interesse pela reconstituição empírica da natureza e qualidade da experiência consciente em seus próprios termos, foi um projeto extinto junto com o introspeccionismo, principalmente após a queda do estruturalismo wundtiano e da escola introspeccionista de Titchener, que se destacava pela aplicação das primeiras propostas de análise da fenomenologia decorrente dos estados conscientes, configurando as primeiras tentativas de exploração de seus aspectos verdadeiramente fenomenais (Schultz & Schultz, 2014).

### **A introspecção no estudo contemporâneo da consciência fenomenal**

As últimas décadas assistiram a um reacendimento sistemático do interesse pelo estudo da consciência, englobando a cooperação multi e interdisciplinar na criação de ferramentas metodológicas e conceituais embasando uma multiplicidade de programas empíricos de pesquisa (Chalmers, 2010). Basicamente, o estudo da consciência em geral tem sido realizado a partir de dois enfoques metodológicos, os chamados métodos de primeira e terceira pessoa. A partir do uso de autorrelatos, os métodos de primeira pessoa focam na retomada da proposta introspeccionista, explorando as propriedades fenomenais associadas a distintos processos da experiência consciente. Os métodos de terceira pessoa direcionam o seu foco investigativo na análise de dados objetivos acerca da experiência consciente, explorando medidas cognitivas, comportamentais e fisiológicas, sobretudo neurais/cerebrais, que lhes sejam associados (Velmans, 2008).

As metodologias de primeira pessoa adquirem uma importância substancial na pesquisa da consciência fenomenal ao serem implementadas junto às de terceira pessoa, facilitando a co-validação de dados, e situando o aspecto subjetivo da experiência consciente. Métodos de primeira pessoa inspiram-se na atitude da filosofia fenomenológica para investigar empiricamente a experiência consciente humana naquilo que lhe é inerente, ou seja, naquilo que lhe institui uma singularidade ontológica (Velmans, 2000). Neste sentido, os procedimentos de primeira pessoa lançam mão de técnicas que objetivam a descrição das qualidades de estados conscientes, buscando aquilo a que Nagel (1978) denomina como sendo o “*what is it likeness*” da experiência consciente, isto é, ao “que é como” estar imerso em um dado estado qualitativo de consciência.

Com efeito, as estratégias de primeira pessoa possuem como finalidade a investigação dos atributos fenomenais da experiência consciente, isto é, daquilo que a consciência sente (Chalmers, 2010). Abordagens desta natureza permitem a identificação do que é comum e, ao mesmo tempo, do que é idiossincrático, em tais experiências. Neste sentido, o retorno contemporâneo à introspecção por meio dos métodos de primeira pessoa adquire um estatuto fundamental para o estudo da consciência fenomenal por prover dados que não podem ser obtidos através de outros meios (Velmans, 2000).

No que se relaciona à pesquisa da consciência em geral, o emprego de métodos de primeira e terceira pessoa podem ocorrer tanto em conjunto como em separado (Velmans, 2008). Já no que concerne ao estudo da consciência fenomenal em particular, isto é, ao estudo das qualidades subjetivas da experiência consciente, podemos vislumbrar dois quadros metodológicos gerais. O primeiro quadro baseia-se unicamente no emprego de métodos de primeira pessoa, buscando operacionalizar autorrelatos através de medidas e descrições em profundidade de conteúdos emergentes dos estados conscientes, considerando-os em seus próprios termos (para exemplo ver Shannon, 2003).

O segundo, fundamenta-se na intersecção de dados de primeira e terceira pessoa, buscando sua mútua complementação e co-validação a partir do emprego de medidas comportamentais, fisiológicas e cerebrais em conjunto com os autorrelatos. Em ambos os quadros, os autorrelatos se estruturam muito mais de um modo narrativo, por meio de entrevistas e comunicações verbais que buscam reconstruir a experiência consciente, do que de um modo quantificador, através do uso de medidas psicológicas como escalas Likert; por mais que estas também sejam utilizadas.

Inseridos no primeiro quadro metodológico estão programas de pesquisa interessados na descrição de fenomenologias associadas a estados funcionais da consciência e investigação da composição do fluxo da experiência interna. Isto inclui desde o estudo de fenomenologias associadas ao comportamento intencional por meio da mensuração da experiência de agência relacionada à ação (Moore e Obhi, 2012) até a investigação de conteúdos fenomenais advindos de variedades de experiências internas (Morin, Runyan e Brinthaupt, 2015). As experiências internas envolvem fenômenos como fala interna, imagem mental, fenômenos afetivos e sensoriais, produções de

representações mentais (“ouvir músicas”; experienciar memórias olfativas, entre outros), pensar sobre os estados mentais de outras pessoas, entre outros; essa ampla variedade de experiências conscientes costuma ser investigada principalmente em condições nas quais os sujeitos encontram-se sob estado de repouso, divagação mental ou estados alterados de consciência (Morin, Runyan e Brinthaupt, 2015).

Os tipos, características e funções das experiências internas têm sido pesquisados a partir de uma variedade de métodos, incluindo o uso de inventários, escalas, questionários, entrevistas e procedimentos de amostragem de experiências. Os procedimentos de amostragem de experiência ou “experience sample methods” (ver Hurlburt, 2011), procuram explorar a estruturação do fluxo de experiência consciente em contextos naturais de desenvolvimento utilizando bipe e atualmente, smartphones, que tocam randomicamente ao longo dos dias em que são deixados em poder do participante. Quando o aparelho emite o sinal sonoro, a instrução é de que o sujeito descreva o que está se passando em sua experiência no momento. Após a transcrição dos dados das gravações, o pesquisador realiza entrevistas nas quais os conteúdos relatados são explorados.

No contexto brasileiro, pesquisas com este enfoque ainda são incipientes, valendo mencionar gratas exceções como os estudos realizados por Nascimento e colaboradores (Magalhães e Nascimento, 2017; Nascimento, 2008). Nesses estudos os interesse de exploração fenomenal recaíram sobre a fenomenologia do estado consciente direcionado a morte (Magalhães e Nascimento, 2017) e do estado autoconsciente (Nascimento, 2008), e o procedimento de introspecção se baseia em um procedimento indutor de auto-inspeção mental e posterior reconstrução sistemática das etapas da experiência por meio de entrevista semiestruturada exploratória.

Quanto ao segundo quadro metodológico, encontramos estudos interessados em correlacionar dados de primeira e terceira pessoa na compreensão da experiência consciente. A neurofenomenologia, enquanto proposta de triangulação entre métodos das neurociências e da fenomenologia encontra-se no cerne desta proposição (ver Varela, 1996). Segundo essa proposta, uma compreensão genuína da neurofisiologia da experiência consciente deve resvalar necessariamente no pareamento e convalidação de dados neurais e dados descritivos das propriedades fenomenais subjacentes ao evento neural observado. Isto ocorre, considerando-se que se o dado objetivo diz de uma

qualidade da experiência consciente que o acompanha e, por sua vez, essa qualidade é privativa à experiência subjetiva do indivíduo, logo, a emissão de descrições acerca dessa qualidade subjetiva deve validar as evidências objetivas acerca das regiões cerebrais envolvidas em sua manifestação (Gallagher, 2009). Nesta esfera, figura a compatibilização entre dados neurais e dados de autorrelatos, encontradas em pesquisas sobre a neurofisiologia emergente de uma série de experiências conscientes, tais como a experiência do livre-arbítrio, da localização corporal e agência, a experiência de percepção temporal e a experiência que acompanha estados alterados e contemplativos da consciência (Varela, 1996).

### **A introspecção e seus problemas**

Tendo visto um pouco da história, contemporaneidade e importância da introspecção para a pesquisa da consciência fenomenal, podemos pensar que é crucial para os programas de pesquisa nesta área partirem de uma atitude de confiança nos relatos dos participantes, creditando valor empírico ao conhecimento que o indivíduo é capaz de informar acerca de seu próprio estado consciente. Afinal, sem essa atitude, o desenvolvimento de conhecimento científico sobre a faceta fenomenal seria impossível, afinal, só o sujeito pode comunicar exatamente o que de mais privativo e qualitativo constitui a sua experiência consciente em um dado espaço e tempo particulares.

Todavia, identificar e descrever os próprios estados mentais são tarefas que exigem um alto nível de acuidade cognitiva, e com isso, habilidades que demarcam diferenças individuais nas capacidades de autopercepção dificultando o trabalho com amostras probabilísticas, conforme nos adverte o já clássico trabalho de Nisbett e Wilson (1977). Apesar de dificuldades amostrais estarem longe de configurar problemas específicos da pesquisa da consciência., esse pressuposto credita certo ceticismo quanto à real natureza dos dados provenientes da pesquisa da consciência fenomenal, visto que seus dados dependem primariamente de dados obtidos através de introspecção. Sobretudo porque a veiculação discursiva de crenças fenomenais, isto é, de pensamentos cujos conteúdos proposicionais identificam conteúdos fenomenais (Chalmers, 2003), pelo participante, pode de alguma maneira estar em descompasso com as ontologias fenomenais que de fato emergiram durante a experiência consciente do sujeito. Considerando este problema, a seguir, trataremos especificamente do modo



como o ceticismo embasado em evidências cognitivas e neurocognitivas acerca do processamento de informações relacionadas à qualidade do estado consciente pode pôr em cheque a confiança nos autorrelatos, e de como podemos encontrar uma saída teórica para o uso da introspecção na pesquisa da consciência fenomenal dentro desse contexto.

### **Confiabilidade dos autorrelatos**

Segundo O'Brien e Opie (1997), o cientista cognitivo interessado em estudar a consciência fenomenal enfrenta um dilema relacionado à aceitação ou recusa da aceitação intuitiva de que propriedades fenomenais da consciência interferem causalmente na estrutura cerebral, dado que, trabalhos sobre a latência temporal da experiência de intencionalidade sugerem que a mesma surge sempre após um processamento neural precedente, ao qual se atribui os efeitos causais do processo intencional (Libet, Gleason, Wright e Pearl, 1983). O dilema se instaura uma vez que trabalhar empiricamente com a consciência fenomenal parece significar de alguma maneira aderir às intuições de senso comum sobre a causalidade consciente, atribuindo um caráter causal às suas funções para a cognição e para o comportamento como um todo, apesar das evidências em contrário (Velmans, 2008).

A adesão dos cientistas cognitivos às teorias funcionais, também chamadas de teorias-processo sobre a consciência (ver Baars, 1988; Churchland, 1995; Dennet, 1991), contribui em grande parte para o surgimento do referido dilema. Isto, considerando que uma das teses mais centrais dessas teorias contradiz a possibilidade de eficácia causal das propriedades fenomenais da experiência consciente, sendo estas consideradas como nada mais do que efeitos da integração de informações durante o seu processamento em níveis neurais pré-conscientes e conscientes. Isto significa aceitar que o processamento de informações nos níveis da consciência podem gerar propriedades fenomenais, mas que estas não são dotadas de poder causal, em se tratando de suas possíveis interferências nos sistemas neurais subjacentes à sua emergência. Seria como dizer que um sujeito se esquiva de uma situação que põe em risco a sua vida (bater com o carro) porque o seu cérebro pressentiu o perigo, e não porque a sua experiência de sentir-se ameaçado teria imprimido causalidade em sua ação de contornar os rumos impostos pela situação (colocar o pé no freio).

Ora, um elemento fundamental da pesquisa da consciência fenomenal reside justamente na possibilidade de considerar que é a partir do que experienciamos em nossa privacidade subjetiva que exercemos o controle sobre nossas condutas e decisões. No entanto, se o domínio sobre a experiência consciente é atribuído às instâncias pré-conscientes de processamentos de informações, logo, não só o que sentimos, mas também nossas crenças acerca do que sentimos (crenças fenomenais) podem ser em falsas, em alguma medida. Assim sendo, a experiência fenomenal, bem como o relato sobre a mesma, seriam ambos um produto de competições entre informações no sistema cognitivo cujos resultados poderiam em alguma medida invalidar a fidedignidade de um autorrelato, enquanto expressão comunicacional de um estado interno do sistema.

Para corroborar a baixa confiabilidade de dados produzidos pelos sujeitos a respeito de seus estados internos, encontram-se estudos clássicos como os de Nisbett e Wilson (1977) e Wegner (2002), argumentando que o conhecimento introspectivo possui uma natureza inferencial comum a qualquer outro tipo de atribuição cognitiva, e neste sentido, atribuições introspectivas podem ser tão inválidas como qualquer outra atribuição intencional. Wegner (2002) sustenta que o sentimento de intenção ou causação subjacente à autoatribuição emerge somente após a consumação da ação, sendo portanto passível de ilusões de ação de acordo com três princípios: consistência, exclusividade e prioridade. O princípio da consistência afirma que, se o conteúdo dos pensamentos é relevante para a ação, em seguida, irá emergir um sentimento de controle (o pensamento deve ser compatível com a ação). O princípio da exclusividade sustenta que a experiência de autoatribuição ocorre quando não se acredita que hajam influências externas fazendo com que o sujeito sinta como se uma ação não foi pretendida ou gerada por ele mesmo (o pensamento deve ser a única causa aparente da ação). Finalmente, o princípio da prioridade requer que o pensamento ocorra antes da ação se consumir (o pensamento deve preceder a ação).

Nisbett e Wilson (1977) sugerem que pouco ou nenhum acesso introspectivo embasa o conhecimento do sujeito acerca de seu estado interno. Segundo os autores, isto ocorre na medida em que os sujeitos geralmente desconhecem a existência do estímulo que influenciou a sua resposta cognitiva, ou mesmo desconhecem a própria resposta desencadeada por um estímulo que lhe estivera originalmente associado. Nesse sentido, os autores defendem que, em geral, quando as pessoas elaboram seus relatos

acerca de seus processos psicológicos, elas o fazem com base em nenhuma introspecção em seu sentido verdadeiro, pois o processo seria meramente atributivo, e como tal, sujeito a erros e vieses. Dito de outro modo, seus relatos seriam baseados, a priori, em teorias causais implícitas ou atribuições aleatórias sobre qual estímulo teria sido uma causa plausível para um dado conteúdo da consciência. Assim, nessa perspectiva, os autorrelatos poderiam ser nada mais do que confabulações a respeito de relações de causa e efeito.

### **Crenças fenomenais e o uso do método introspeccionista na pesquisa da consciência fenomenal**

Tomados em conjunto, as críticas à ligação entre ontologia subjetiva, relacionada ao “que é” o conteúdo da minha experiência, e sua respectiva epistemologia subjetiva, ou seja, “o que conheço” acerca do conteúdo da minha experiência, incluindo o modo como relatar esse conhecimento, sugerem que uma vez constatado que o início dos eventos neurais associados com a intenção de ação precede o início dos reportes do agente consciente a seu respeito e que o conhecimento construído a partir da introspecção é inferencial, seguiria que a consciência da ação e/ou da crença e o relato subsequente não podem ser considerados como condições suficientes para a sua explanação, pois serão eventos a posteriori. Levando tais perspectivas às últimas consequências, poderíamos supor que: 1) todo autorrelato seria passível de ser falseado a priori, baseando-se na assertiva de que sua determinação antecede o acesso consciente e 2) os dados contidos no autorrelato são abertos a um falseamento a posteriori, uma vez que sua construção obedece à lógica inferencial pertencente à quaisquer outros processos de julgamento epistêmico.

Por outro lado, considerando a própria perspectiva de Nisbett e Wilson (1977), a possibilidade de ilusões de introspecção não deve encerrar o estatuto do método introspeccionista no estudo sobre os estados internos uma vez que, segundo os próprios autores, a precisão dos autorrelatos pode ser garantida uma vez que sejam resguardadas as condições necessárias de pesquisa para que os estímulos sejam percebidos pelos participantes como causas plausíveis das respostas que produzem. Algumas condições incluem pressupostos básicos como a prevenção de distratores.

Além do mais, de um ponto de vista empírico, não somente é possível como também desejável que do fato de os relatos estarem ou não relacionados a uma real causação mental não pode decorrer que não cumpram uma função fundamental da linguagem, que é a de mediar a identificação de objetos, neste caso, conteúdos fenomenais. Nesse sentido, ao defenderem que os métodos psicofísicos e a análise do comportamento podem prover maior acurácia no estabelecimento de hipóteses acerca da real causa da intenção consciente, os autores podem acima citados estar maximizando falaciosamente o alcance de sua crítica ao método introspeccionista.

Pois, de um ponto de vista intuitivo, do fato de o sujeito não poder estabelecer algo como a real causa de sua intenção, não decorre necessariamente que o mesmo não seja minimamente capaz de prover relatos acerca do que se passa em sua experiência consciente como um todo. Com isso, essas críticas acabam por desconsiderar que a introspecção pode ser utilizada em propostas diversas de estudos da consciência, como um método de pesquisa favorecedor de acesso às informações fenomenais, constituintes da experiência consciente tanto quanto os mecanismos neurais ou comportamentais subjacentes a uma suposta “real” causação do comportamento. Neste ponto, é importante ressaltar que a importância metodológica da introspecção na pesquisa sobre a consciência reside na assertiva de que esta proporciona o acesso a informações não acessíveis por outros métodos.

As informações acessíveis através dos protocolos verbais, dizem respeito aos elementos do estado subjetivo que sejam de interesse de exploração por parte do investigador. Os próprios Nisbett e Wilson (1977) ressaltam que o método introspectivo é limitado no que concerne à explicação dos processos cognitivos envolvidos na produção dos conteúdos conscientes, já estes últimos, seriam abertos à apreensão a partir dos autorrelatos. Com efeito, as informações contidas nos protocolos verbais poderiam ser corretamente caracterizadas como pertencentes ao âmbito do conhecimento fenomenal (conhecimento acerca das qualidades fenomenais da experiência) uma vez que este pode ser capaz de comunicar ontologias pertencentes ao campo da qualidade da experiência subjetiva por meio de sua tradução em uma linguagem fenomenal, isto é, uma linguagem descritora de elementos fenomenais.

A respeito do que seria específico à ontologia e conhecimentos fenomenais, alguns filósofos da mente têm buscado demonstrar sua natureza distintiva de outros

processos através da realização de experimentos mentais que possuem como principal objetivo demonstrar a insuficiência de explicações fisicalistas sobre esta faceta da consciência (1986; Nagel, 1974).

As estratégias explanatórias desenvolvidas por esses filósofos ficaram conhecidas como “argumentos de conhecimento” (*knowledge arguments*), e em suma, defendem a tese de que o conhecimento dos substratos físico-químicos dos estados conscientes não é capaz de dar conta do problema de como esses mesmos estados são dotados de qualidades fenomenais, o que leva à crença de que o conhecimento decorrente da experiência consciente possui uma especificidade ontológica, preenchida por propriedades subjetivas claramente distintas de seus substratos físicos.

Nagel (1974) oferece o clássico experimental mental do morcego, no qual desenvolve uma tese de que a análise do tipo de conhecimento que podemos obter a partir da pesquisa do comportamento e da fisiologia deste animal é insuficiente para produzir um conhecimento total a respeito de sua constituição enquanto organismo, pois restaria compreender a qualidade subjetiva gerada por sua maquinaria fisiológica. Isto significa que por mais que possamos obter conhecimento acerca dos processos de percepção e motricidade do morcego, jamais poderemos ter um tipo de conhecimento que nos diga da qualidade de se mover no ambiente como um morcego, pois nos faltaria um referencial de primeira pessoa, isto é, nos faltaria um referencial acerca do que seria como ser um morcego se movendo.

Jackson (1986), por outro lado, constrói seu argumento trazendo o exemplo de Mary, uma cientista que por motivos desconhecidos foi forçada a pesquisar o mundo trancada em um quarto preto e branco, tendo acesso apenas aos livros em preto e branco e a uma televisão preta e branca que também só transmitia imagens em preto e branco. Durante muito tempo, Mary dedicou-se à pesquisa dos aspectos neurofisiológicos da visão, conhecendo bem todas as suas bases físico-químicas. Um dia, Mary sai do quarto e se depara com a percepção visual de cores nunca antes percebidas. O autor argumenta que Mary, mesmo tendo o conhecimento de todos os aspectos físicos da percepção visual, ao sair do quarto, teve acesso a um novo tipo de conhecimento acerca da visão, isto é, um conhecimento da qualidade subjetiva associada à percepção visual das cores.

Ambos os argumentos, cada qual a seu modo, sustentam a tese de que ontologias fenomenais resguardam atributos experienciais cujo conhecimento não é satisfeito pelo

conhecimento de sua plataforma física. Ora, a partir disso, podemos pensar no quanto seria problemático investigar cientificamente a consciência fenomenal sem lançar mão às estratégias de pesquisa que busquem cobrir o seu caráter experiencial, já que se trata de um tipo de conhecimento que não pode ser considerado comprovadamente físico de acordo com a física contemporânea, e muito menos aberto a ser diretamente traduzível em termos físicos (ver Teixeira, 2010).

De outro lado, a linguagem humana, fonte importante dos autorrelatos produzidos a partir do método introspeccionista, torna possível a comunicação e a publicidade de estados subjetivos entre os participantes de uma comunidade linguística. Um argumento convincente a esse respeito advém de Chalmers (2003), que defende que a transposição linguística de propriedades fenomenais constitui propriamente uma semântica fenomenal, composta por sua vez por conceitos fenomenais, que seriam justamente conceitos responsáveis por denotar qualidades da experiência consciente. Se concebemos que esta codificação da ontologia fenomenal em ontologia linguística é capaz de produzir conhecimento indireto, porém, fidedigno, a respeito do conhecimento de um observador a respeito da experiência interna de outra pessoa, então, aceitamos que falar do "como" é ter uma experiência, no caso do ser humano, possibilita a realização de descrições de estados internos a partir do emprego de semânticas de primeira pessoa (isto é, semânticas relacionadas a elementos qualitativos da experiência subjetiva), inclusive, no campo da pesquisa científica.

Subjacente à composição desta semântica fenomenal, estariam as crenças fenomenais (Chalmers, 2003), um importante campo de intersecção entre propriedades psicológicas e fenomenais da consciência por serem crenças cujos conteúdos proposicionais são sobre as crenças dos sujeitos a respeito dos elementos de suas próprias experiências conscientes. Como essa semântica é proveniente de uma linguagem pública (isto é, uma linguagem comunicável em dado contexto de usuários), é concebível que o pesquisador tenha um conhecimento de terceira pessoa acerca dos conteúdos fenomenais da experiência de outrem, especificamente, a partir de um acesso indireto mediado pela linguagem.

Sendo assim, da aceitação do caráter privado da experiência consciente não se seguiria que necessariamente não possamos estudá-la através de autorrelatos, já que resguardadas as condições necessárias à construção de relatos fidedignos, poderíamos

identificar conteúdos de primeira pessoa por analogia com os conceitos fenomenais disponíveis ou potencialmente disponíveis em uma linguagem pública, denotando assim as qualidades pertencentes ao estado de consciência em questão. Se o conteúdo fenomenal da experiência consciente possui propriedades específicas, então ele requer um método investigativo que acomode as especificidades de seus dados. Uma vez considerada a privacidade inerente à manifestação subjetiva do conteúdo mental, em sentido amplo, a pesquisa sobre a consciência fenomenal parece só poder avançar com base em incursões introspeccionistas rigorosas, construídas com base na criação de um lócus semiótico entre o pesquisador e o participante que seja suficientemente capaz de construir pontes entre o que é propriamente subjetivo e o que é propriamente compartilhado nos termos de uma linguagem pública de semânticas fenomenais.

Logo, a ideia é simples: se na vida cotidiana somos capazes de comunicar conteúdo fenomenal utilizando semânticas fenomenais, sob condições controladas de pesquisa, também o somos. Nesse sentido, dos fatos concernentes às dificuldades da auto-inspeção não se segue necessariamente que não existam possibilidades de obtenção de relatos acurados acerca de nossa realidade subjetiva, inclusive no que se liga à comunicação de qualidades associadas às nossas experiências internas. Ao que tudo indica, a pesquisa contemporânea da consciência fenomenal há de demonstrar cumulativamente esta possibilidade, a despeito das conhecidas dificuldades inerentes ao trabalho com a introspecção.

### **Considerações finais**

O presente trabalho buscou construir uma reflexão a respeito do que caracteriza propriamente o escopo do introspeccionismo no campo de estudos da consciência fenomenal, enquanto método que propicia a exploração do que é intrínseco à qualidade da experiência consciente. Após uma incursão nas dificuldades do uso da introspecção como metodologia científica, procuramos defender a tese de que em termos ontológicos, um dado fenomenal está relacionado àquilo que o define propriamente enquanto um dado privado da consciência, e nesse sentido, merece ser abarcado por um método que preserve a sua natureza enquanto um ente subjetivo. Cabe salientar que já nos primeiros momentos da pesquisa científica da consciência, com Wundt definindo a psicologia como o campo de estudos da experiência imediata (isto é, da experiência consciente em

seus próprios termos) (Boring, 1956), abre-se o espaço para pensarmos que a ontologia dessa experiência constitui-se com base em limites que estreitam possibilidades metodológicas, seja pela dificuldade da auto-inspeção por si mesma, pela dificuldade do método abarcar essa auto-inspeção, ou uma mescla de ambos.

Esses limites metodológicos residem em um fato empírico importante: os conteúdos provenientes dos estados conscientes resguardam uma realidade privativa ao indivíduo, que por limitações psicofísicas, é sempre captada de maneira indireta por um observador externo. Todavia, a tensão marcada entre o que é singular da experiência e o que pode ser generalizado a partir da experiência singular de outrem é uma condição inerente à pesquisa de base introspeccionista, e mesmo psicológica, e como tal, devem ser encaradas em sua complexidade. Nesse sentido, espera-se que a reflexão aqui construída possa ter auxiliado na compreensão de pelo menos uma de suas inúmeras facetas. Porém, muito ainda há de ser explorado quanto ao tópico das metodologias introspeccionistas. Alguns pontos particularmente interessantes, mas ainda pouco explorados nesta esfera, incluem desde a análise dos vínculos tácita e explicitamente estabelecidos entre programas e perspectivas de pesquisas introspeccionistas que remontam aos primórdios da psicologia moderna e os programas e perspectivas de pesquisas contemporâneas até o mapeamento das características distintivas das variedades de procedimentos introspeccionistas e suas aplicabilidades, considerando o uso da psicometria, das diferentes formas de relatos verbais, relações com as técnicas contemporâneas de neuroimagem, inventários introspectivos, entre outros. Certamente, espera-se que a futura incursão nesses temas possa vir a favorecer o reconhecimento dos limites e das possibilidades da introspeção, facilitando assim, o aprofundamento dos atributos fenomenais da experiência consciente.

## Referências

- Baars, B. J. (1988). *A Cognitive Theory of Consciousness*. Cambridge University Press.
- Block, N. (1995). On a confusion about the function of consciousness. *Brain and Behavioral Sciences*, 18, 227-247.
- Boring, G. E. (1956). A history of introspection. *Psychological Bulletin*, 50(3), 169-189.
- Chalmers, D. (2003). The content and epistemology of phenomenal belief. In Q. Smith, & A. Jokic, (Orgs.), *Consciousness: new philosophical perspectives* (pp.1-54). Oxford: Oxford University Press.



- Chalmers, D. (2010). *The character of consciousness*. Oxford: Oxford University Press.
- Churchland, P.M. (1995). *The Engine of Reason, the Seat of the Soul*. Massachusetts: MIT Press.
- Danziger, K. (1980). The history of introspection reconsidered. *Journal of History of the Behavioral Sciences*, 16, 241–262.
- Dennet, D. (1991). *Consciousness Explained*. New York: The Penguin Press.
- Figueiredo, A.C. (2012). A arte de ensaiar com uma perspectiva científica. *E-hum*, 5(1), 45-61
- Gallagher, S. (2009). Neurophenomenology. In: T. Bayne, A. Cleeremans, & p. Wilken, (Orgs.), *Oxford Companion to Consciousness*. (pp. 470-472). Oxford: Oxford University Press.
- Hurlburt, R.T. (2011). *Investigating pristine inner experience: moments of truth*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jackson, F. (1986). What Mary didn't know. *The Journal of Philosophy*, 83(5), 291-295.
- Libet, B., Gleason, C. A., Wright, E. W., & Pearl, D. K. (1983). Time of conscious intention to act in relation to onset of cerebral activity (readiness-potential): the unconscious initiation of a freely voluntary act. *Brain*, 106(3), 623–642.
- Libet, B. (1985). Unconscious cerebral initiative and the role of conscious will in voluntary action. *The behavioral and brain sciences*, 8, 529-566.
- Magalhães, J. H. G., & Nascimento, A. M. (2017). Morte, cultura, heavy metal e experiência interna: sensação e afetividade. *Psicologia em Estudo*, 22(2), 175- 186.
- Mandler, G. (2007). *A history of modern experimental psychology: from James and Wundt to cognitive science*. London: The MIT Press.
- Moore, J.W & Obhi, S. (2012). Intentional binding and the sense of agency: A review. *Consciousness and Cognition*, 21, 546-561.
- Morin, A. Runyan, J.D., & Brinthaup, T.M (2015). Editorial: Inner Experiences: Theory, Measurement, Frequency, Content, and Functions. *Frontiers in Psychology*, 6, 1-2.
- Nagel, T. (1974). What is it like to be a bat? *The Philosophical Review*, 8 (4), 435-450.
- Nascimento, A.M. (2008). *Autoconsciência situacional, imagens mentais, religiosidade e estados incomuns da consciência: um estudo sóciocognitivo*. Tese de doutorado, Programa de pós-graduação em psicologia cognitiva. Universidade Federal de Pernambuco.
- Nisbett, R.E., & Wilson, T.D. (1977). Telling more than we can know: verbal reports on mental processes. *Psychological review*, 84(3), 231–259.
- O'brien, G.J., & Opie, J.P. (1997). Cognitive Science and Phenomenal Consciousness: A Dilemma, and How To Avoid It. *Philosophical Psychology*, 10(3), 269-86.
- Searle, J. (1995). *A Redescoberta da mente*. São Paulo: Martins fontes.
- Shannon, B. (2003). Os conteúdos das visões da ayahuasca. *Mana*, 2(9), 234-276.

- Schultz, D.P., & Schultz, S.E. (2014). *História da psicologia moderna*. São Paulo: Cengage Learning.
- Teixeira, J.F. (2010). *A mente pós-evolutiva: a filosofia da mente no universo do silício*. Petrópolis: Vozes.
- Varela, F. (1996). Neurophenomenology: A methodological remedy for the hard problem. *Journal of Consciousness Studies*, 3, 330-49.
- Velmans, M. (2008). How to separate conceptual issues from empirical ones in the study of consciousness. In R. Banerjee, & B.K. Chakrabarti, (Orgs.), *Models of Brain and Mind: Physical, Computational and Psychological Approaches* (pp. 1-12). Oxford: Elsevier.
- Velmans, M. (2000). An Introduction to Investigating Phenomenal Consciousness. In: M. Velmans, (Org.), *Investigating phenomenal consciousness: new methodologies and maps* (pp. 1-18). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins B.V.
- Wegner, D. (2002). *The illusion of conscious will*. Cambridge: Cambridge University Press.

**Recebido: 20/9/2018. Aceito: 20/10/2018.**

**Sobre os autores e contato:**

**José Hugo Gonçalves Magalhães** - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE  
**E-mail:** hugo\_magalhaes88@hotmail.com

**Alexsandro Medeiros do Nascimento** - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE  
**E-mail:** alexmeden@hotmail.com

**Antonio Roazzi** – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE  
**E-mail:** roazzi@gmail.com